



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL

CNPJ 88.142.302/0001-45 Fone 55 3281 2351 – Rua XV de Novembro, 438 - CEP 96.570-000 – Caçapava do Sul

ATA DE SESSÃO PÚBLICA Nº 06/2019
DE JULGAMENTO DE PROPOSTA DO EDITAL 2873/2019

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e dezenove, às treze horas e trinta minutos, na Sala de reuniões da Secretaria de Município da Educação, a Comissão de Seleção para Julgar e Processar Chamamentos Públicos composta pelos membros titulares Renato Silveira da Rosa e Cátia Regina Loureiro Bortoluzzi e membro suplente Viviane Ilha, que são designados pela Portaria nº 21.552 de 7 de agosto de dois mil e dezoito, que altera a Portaria 21.100/2018, reuniram-se para receber as propostas para o Edital de Chamamento Público Nº 2873/2019. Refere-se ao processo administrativo que tem por objeto a formalização de parceria, por meio de Termo de Fomento, com Organização da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação com a Administração Pública, com a finalidade de apoio a proteção animal através do controle populacional e de zoonoses. A proposta apresentada ao colegiado foi da Associação de Proteção Animal Caçapavana, CNPJ 09.304.952/0001-73, sendo a única entidade proponente neste processo de avaliação e seleção, que no ato foi representado pela presidente senhora Lídia Regina Freitas Dutra. Foi recebido o envelope da OSC contendo: plano de trabalho e orçamentos de prestador de serviços com a indicação das despesas. Depois de explanados os procedimentos do julgamento e as fases da seleção, o representante retirou-se para dar início ao processo de avaliação. Os membros da Comissão, após leitura do processo de seleção e avaliação, conforme o Edital Nº 2873/2019, avaliaram que a proposta está identificada com o objetivo, contempla ações através das metas, descrição de atividades, método e resultados esperados, assim como apresenta um cronograma possível de ser realizado e despesas apresentadas no detalhamento do plano de trabalho. A proposta está alinhada a utilização do recurso público para ações de controle populacional de animais visando a proteção animal, portanto, com base neste julgamento, o colegiado decide que a pontuação final do plano de trabalho foi de 81 (oitenta e um) pontos, sendo classificado para os demais procedimentos da Lei 13.019/2014 e do edital supracitado. Nada mais havendo a contar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros do colegiado já nominados na abertura desta sessão, encerrando-se o julgamento às 15 horas, do dia de abertura das propostas. Renato Silveira da Rosa, Cátia Bortoluzzi.

[Handwritten signature]